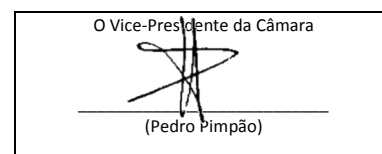




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento



CONCURSO PÚBLICO


**CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE DUAS
VARREDORAS E ASPIRADORAS MECÂNICAS,
COM 4 M³ (MÍNIMO) DE CAPACIDADE, PARA
A DIVISÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA.**

CADERNO DE ENCARGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação da aquisição de duas varredoras e aspiradoras mecânicas, com 4 m3 (mínimo) de capacidade, para a Divisão de Limpeza e Higiene Pública, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente Caderno de Encargos.

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, celebrando-se por escrito.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O suprimento dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

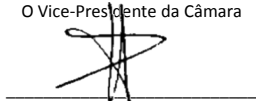
3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 3º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia do bem;
- c) Obrigação de manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
- d) Obrigação de proporcionar cursos de formação aos condutores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão o equipamento.

ARTIGO 4º

ENTREGA DO BEM OBJECTO DO CONTRATO

1- A entrega do bem será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo indicado na proposta do adjudicatário.

2- Para efeitos de entrega dos bens, o adjudicatário deverá considerar a seguinte localização:

Parque de Serviços Urbanos da Franqueada

(Coordenadas 37º07'06.19"N 8º02'37.27"O)

3- Todas as despesas e custos com o transporte do bem objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

ARTIGO 5º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

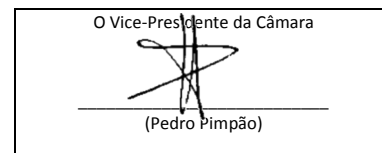
1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante o bem objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- O bem objecto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento



4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objecto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

ARTIGO 6º

INSPECÇÃO E REALIZAÇÃO DE TESTES

1- Efectuada a entrega do bem objecto do contrato, a Entidade Adjudicante, procede, no prazo de 5 dias, à inspecção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respectivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2- A inspecção qualitativa a que se refere o número anterior será efectuada da seguinte forma:

- Verificação das características técnicas de acordo com o exigido no Caderno de Encargos (passíveis de serem confirmadas mediante inspecção visual);
- Realização de testes que consistirão na utilização da viatura para o fim a que se destina.

ARTIGO 7º

INOOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1- No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor.


2- No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3- Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respectivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes, nos termos da cláusula anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 8º

ACEITAÇÃO

1- Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de recepção, assinado pelo representante do fornecedor e da Entidade Adjudicante.

2- Com a assinatura do auto de recepção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

ARTIGO 9º

GARANTIA

1- Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante a viatura por um período mínimo de garantia total, igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data da assinatura do auto de recepção.

2- Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da viatura, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.

ARTIGO 10º

SIGILO

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da entidade adjudicante.

ARTIGO 11º

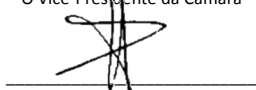
PREÇO CONTRATUAL

1- Pelo fornecimento do bem objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objecto do contrato para o respectivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

ARTIGO 12º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- As quantias devidas por cada serviço pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados na factura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

ARTIGO 13º

SANÇÕES CONTRATUAIS

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público a despoletar este procedimento deverá exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) no caso de ocorrer atraso no prazo máximo de execução dos serviços deverá ser aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor global da prestação de serviços por cada dia útil de atraso, até ao limite de 20% do preço contratual.
- b) no caso de deficiência na execução da prestação de serviços poderá ser aplicada uma pena pecuniária no valor de 10% do valor global da prestação de serviços.


2- O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditado a favor da Autarquia ou deduzido ao preço a pagar pelo fornecimento.

3- Pela lei da concorrência, esclarece-se que qualquer dominativo ou sigla não estão vinculados a nenhuma marca ou modelo de equipamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

ARTIGO 14º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:


- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 15º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) quando se verifiquem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos.
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 16º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.


ARTIGO 17º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 19º

PREÇO BASE

O preço base do procedimento é de **€ 300.000,00** (trezentos mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

ARTIGO 20º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

O preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, quando este for 25% inferior à média dos preços apresentados nas propostas admitidas.

ARTIGO 21º


LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

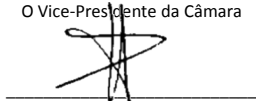


(Pedro Pimpão)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS


Varredouras – Aspiradoras com 4m³ de capacidade

1. Esta autarquia pretende adquirir duas máquinas Varredouras – Aspiradoras com aproximadamente 4m³ de capacidade;
2. As máquinas deveram possuir as seguintes características gerais:
 - Cor: Branca;
 - Lotação: 2 lugares;
 - Tipo de tração: Hidrostática;
 - Número mínimo de escovas: 3;
 - Deverá ser matriculada nos termos da legislação atualmente em vigor;
 - Suspensão dianteira: Sistema hidropneumático com possibilidade de nivelamento automático;
 - Suspensão traseira;
3. O motor da máquina deverá possuir as seguintes características técnicas:
 - Motorização: “Diesel”;
 - Norma Padrão Europeu de Emissões: Euro VI;
 - Cilindrada: Igual ou superior a 4.300 cm³;
 - Potência máxima: Superior a 110 kW;
 - Binário máximo: Superior a 520 Nm.
4. A máquina Varredoura – Aspiradora deverá possuir as seguintes características dimensionais e técnicas / capacidades:
 - Largura da varredoura, incluindo espelhos: inferior a 2300 mm;
 - Comprimento da varredoura: inferior a 4750 mm;
 - Largura de trabalho não inferior a 2000 mm;
 - Raio mínimo de viragem entre passeios: Igual ou inferior a 6.00 m;
 - As escovas laterais deverão ser controláveis em altura, pressão, inclinação e velocidade de rotação;
 - Capacidade de aspiração superior a 12.000 m³/h;
 - Sistema de limpeza da turbina;
 - Capacidade do depósito de água: igual ou superior a 500 litros;
 - Sistema facilitador para lavagem / limpeza de turbina;
 - Tubagem de aspiração deverá ser em aço inoxidável, resistente ao desgaste;
 - Velocidade máxima de deslocação – igual ou superior 45 Km/h;
 - Transmissão hidrostática



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

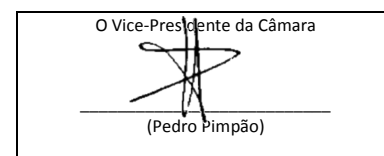


(Pedro Pimpão)

- Potência sonora (LWA) no exterior, inferior a 100 dBA;
 - Turbina de eixo vertical. Acionamento hidráulico. A saída do ar de expansão da turbina deve efetuar-se para trás e não para cima, de forma a evitar o designado “chuveirinho” de pó, água contida no contentor, e provocar queda de folhas;
 - Sistema de varredura com 2 escovas com movimento em simultâneo ou independente uma da outra (ou seja, deverá ser possível trabalhar apenas a escova direita), com regulação da rotação e possibilidade de trabalhar à direita e à esquerda. Deverá ser possível regular o ângulo de varredura da escova direita assim como regular apenas os jatos de água para cada escova. Não são aceites soluções com escova de rolo.
 - O sistema de regulação de pressão das escovas ao pavimento deverá ser automático;
 - Possibilidade de levantamento manual do contentor em caso de avaria;
 - Terceira escova / corte de ervas
5. A caixa da máquina deverá possuir as seguintes características técnicas:
- Capacidade de carga (volume): Igual ou superior a 3,9 m³;
 - Capacidade de carga (peso): Igual ou superior a 4.000 kg;
 - Ser construído em aço inoxidável;
 - Despejo dos resíduos de forma elevada, recorrendo ao sistema de placa ejetora que possibilite interrupção da descarga sempre que se revele necessário, assim como controlo da velocidade da saída dos resíduos;
 - Descarga elevada superior a 1500 mm
6. Esta máquina deverá estar equipada com o seguinte:
- Três conjuntos de chaves de ignição (duas serão com telecomando para abertura e fecho de portas e uma poderá ser de segurança ou para cópia);
 - Direção Assistida;
 - Posto de condução do lado direito;
 - Câmara de visão traseira, do aspirador e lateral;
 - Monitor da câmara incorporada na consola;
 - Ar condicionado;
 - Cintos de segurança em todos os lugares;
 - Sistema de segurança para paragem em caso de abandono do posto de trabalho pelo motorista;
 - Sistema de segurança para paragem de emergência;
 - Pelo menos um Farol rotativo;
 - Luzes de trabalho em LED;
 - Sistema de aquecimento e ventilação;
 - Banco do condutor ajustável;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento




- Banco do condutor com suspensão a ar;
 - Luz avisadora de baixo nível de combustível;
 - Tapetes de borracha antiderrapante no habitáculo;
 - Rádio com MP3.
 - Kit mãos – livres para telemóvel. Este sistema poderá estar incluído no rádio;
 - Tomada USB
 - Bomba de alta pressão, com caudal mínimo de 10 l/min a 140 bar pistola e carretel com mangueira com comprimento igual ou superior a 10 metros;
 - Extintor de pó químico de 6 kg devidamente fixado em suporte apropriado;
 - Triângulo de pré-sinalização de perigo;
 - Dois coletes refletos devidamente homologados nos termos da legislação em vigor;
7. A máquina deverá apresentar um período mínimo de garantia total igual ou superior a vinte e quatro meses, a contar da data de entrega da mesma. Para efeitos de garantia, não se excetuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos da máquina, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.
8. A máquina deverá ser entregue devidamente legalizada e matriculada para circular e laborar na via pública, nos termos da legislação em vigor;
9. **Manuais e catálogos:**
- 9.1. O adjudicatário obriga-se a fornecer manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da máquina, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos ou elétricos;
 - 9.2. O adjudicatário compromete-se manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na máquina pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções;
10. **Plano de manutenção preventiva:**
- 10.1. O adjudicatário fornecerá junto com a proposta um plano de manutenção preventiva, no qual deverá constar os intervalos de manutenção e a descrição dos serviços que serão executados em cada intervenção;
11. **Formação:**
- 11.1. O adjudicatário compromete-se a proporcionar cursos de formação aos condutores / operadores da Câmara Municipal de Loulé que utilizarão a máquina;
 - 11.2. Juntamente com a proposta os concorrentes deverão indicar o programa de formação que se propõem organizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)